



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**JUSTIFICATIVAS RELEVANTES DA CONTRATAÇÃO**

**1. JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:**

A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, constante nos autos deste processo.

**2. JUSTIFICATIVA DA ESPECIFICAÇÃO:**

A descrição dos bens a serem adquiridos neste processo contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto, conforme pormenorizado em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, constante nos autos deste processo.

**3. JUSTIFICATIVA PARA VINCULAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS:**

Considerando que o Decreto nº 10.197, de 2022 instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC).

Em atenção ao art. 17 do supracitado Decreto está contemplada no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000016/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 373;

IV) Classe/Grupo: 5975;

V) Identificador da Futura Contratação: 120016-278/2026.

Bem como, o inciso I do Art. 6º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, também considera o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) como um instrumento de governança nas contratações públicas, o qual estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Nesse caso concreto, a demanda está devidamente alinhada no Plano de Gestão de Logística Sustentável do COMAER, ICA 83-1/2019 e ao Caderno de Logística do plano Diretor de Logística /sustentável do Ministério da Gestão e Inovação (MGI).

#### **4. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

Justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços por sua adequação aos itens comumente empregados pela administração pública, bem como pela sua conveniência em atender a múltiplos órgãos ou entidades, inclusive em processos de compras centralizadas.

Pelo acima exposto, a justificativa para a utilização do Sistema de Registro de Preços enquadra-se no Art. 3º, Inc. I, II e III, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período e tendo o seu quantitativo renovado para a quantidade original da Ata de Registro de Preços.

#### **5. ATIVIDADE DE CUSTEIO:**

O objeto deste certame se enquadra como atividade de custeio, conforme disposto na Portaria GM-MD nº 2.798, de 16 de maio de 2022, e na Portaria GABAER nº 524/GC4/2023.

Ademais o Art.3º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, esclarece sobre a autorização mencionada no Art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, a qual pode ser realizada em qualquer fase do processo de contratação, desde que ocorra antes da assinatura do contrato.

#### **6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Na presente licitação, será VEDADA a participação de pessoas jurídicas em consórcios, com base na seguinte justificativa: Mediante o caput do Art. 15 da Lei 14.133/2021 e nas orientações do TCU, a decisão de vedar consórcios neste processo licitatório se justifica por dois motivos principais: Primeiramente, a participação de

consórcios pode comprometer a competitividade. Consórcios tendem a reduzir a diversidade de propostas, limitando a entrada de outras empresas, prejudicando a seleção da melhor oferta.

Em segundo lugar, a gestão de contratos envolvendo consórcios apresenta desafios administrativos significativos. A coordenação entre múltiplas empresas pode causar atrasos e complicações na administração do contrato, resultando em prejuízos financeiros ao erário público.

Portanto, para garantir um processo licitatório mais competitivo e uma execução contratual eficiente, a vedação de consórcios é uma medida preventiva necessária e fundamentada.

## **7. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa: Com base no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações complementares do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais normativas, a vedação da participação de cooperativas no presente processo licitatório é justificada pelos seguintes motivos: A participação de cooperativas só é permitida quando estas observam rigorosamente as regras estabelecidas na legislação específica, como a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012 e a Lei complementar nº 130/2009, além de atenderem aos requisitos de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados. Além disso, é necessário que qualquer cooperado, com igual qualificação, seja capaz de executar o objeto contratado, e que o objeto da licitação esteja alinhado com os serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa.

No entanto, conforme a Súmula 281 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitações quando, pela natureza do serviço, ou pelo modo como é usualmente executado no mercado, houver necessidade de subordinação jurídica entre o trabalhador e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade. No presente caso, a análise detalhada das características do serviço a ser contratado revela que há uma necessidade intrínseca de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade na execução do contrato. Esses fatores indicam que a execução do serviço exigirá uma relação de emprego tradicional, incompatível com o regime de cooperativas, que pressupõe autonomia e autogestão dos cooperados.

Além disso, a vedação é reforçada pelo Parecer nº 096/2015/DECOR/CGU/AGU, que destaca a incompatibilidade da contratação de cooperativas de trabalho para a execução de determinados serviços terceirizados que, por sua natureza, se caracterizam pela execução mediante vínculo empregatício, com subordinação, pessoalidade, onerosidade e habitualidade. A contratação de cooperativas para tais serviços pode resultar em uma

configuração de intermediação de mão de obra subordinada, o que é expressamente proibido.

Portanto, para evitar a configuração de subordinação jurídica e garantir a conformidade com as diretrizes legais e normativas, a participação de cooperativas, no presente processo licitatório, deve ser vedada. Esta decisão visa proteger os valores sociais do trabalho, prevenir a responsabilização do órgão licitante por encargos trabalhistas e assegurar a competitividade e a legalidade do certame.

**8. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Não se aplica.

**9. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

Não se aplica.

**10. CONSULTA A IRP EM ANDAMENTO (art. 10 do Decreto nº 11.462/2023)**

Declaro, em consonância Parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que antes de iniciar a instrução processual para esta aquisição foi consultado as IRPs em andamento. Porém, não foi encontrada uma IRPs aberta que atendesse todas as características das descrições e das especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP). Por fim, também, ficou demonstrado no ETP que a solução de mercado que melhor se encaixa para aquisição mais vantajosa técnica e economicamente para esta demanda da administração pública é por meio de licitação própria.

**11. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E PAGAMENTO SEMELHANTES ÀS DO SETOR PRIVADO ( Inciso I, do art. 40, da Lei nº 14.133/2021)**

Em atenção ao Inciso I, do art. 40, da Lei nº 14.133/2021, atesta que foi verificado cuidadosamente que as condições de aquisição e pagamento dos itens em questão guardam semelhanças com as do setor privado.

**12. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS (§2º, Inciso III, do art. 43, da Lei nº 14.133/2021)**

Não se aplica.

**13. PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO (Art. 40, V, a ; e Art. 47, I)**

Atesto que no planejamento da contratação foi observado o princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de

desempenho.

**14. PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO (Art. 40, V, b; e Art. 47, II)**

Conforme Súmula 247 do TCU, “é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Dessa forma, a presente contratação se dará por Itens.

**15. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21)**

Após consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>), foi verificado que o objeto deste processo NÃO SE ENQUADRA na lista de itens padronizados.

São José dos Campos - SP, \*Data conforme Assinatura Eletrônica\*

**ELABORADO:**

\*Assinatura Eletrônica\*

WENDEL DELAMAR DE PAULA **MACHADO** – 2º Ten ELT  
Chefe da Seção de Manutenção Elétrica

**CONFERIDO:**

\*Assinatura Eletrônica\*

**JONATHAS HENRIQUE DE MELO** – Cap Int  
Agente de Controle Interno do GAP-SJ

**APROVADO:**

\*Assinatura Eletrônica\*

ANDRE LUIZ **RODRIGUES DA COSTA** – Cel Int FSU  
Ordenador de Despesas do GAP-SJ